

Regionalização no Turismo: uma revisão integrativa

Regionalization in Tourism: an integrative review

Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima

Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil.

Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0448-7656>

E-mail: fernanda_evilin@hotmail.com

Resumo

O Ministério do Turismo vem implementando algumas políticas públicas, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que apresenta uma estrutura institucional mais descentralizada, com autonomia e condições para gerenciar políticas, projetos, planos e ações que beneficiem o setor. Cada região é conhecida como uma Instância de Governança Regional (IGR) que desempenha funções de análise, coordenação e monitoramento das propostas e ações para o desempenho de cada território. O estudo tem o objetivo de identificar os elementos percebidos na literatura sobre regionalização para promover o desenvolvimento do turismo. Foi realizada uma revisão integrativa com base em 22 artigos pesquisados no portal de periódicos da capes. Os elementos identificados demonstram predominância de fatores negativos em relação aos fatores positivos, isso representa dificuldade ao colocar em prática um programa de governo. Os resultados apontados neste estudo podem contribuir com mudanças e adaptações nas normas e programas destinados ao setor do turismo, tornando-os mais acessíveis e viáveis. O estudo contribui com uma discussão sobre regionalização nas regiões turísticas.

Palavras-chave: Governança Turística. Turismo. Políticas Públicas.

Abstract

The Ministry of Tourism has been implementing some public policies, with emphasis on the Tourism Regionalization Program (PRT), which has a more decentralized institutional structure, with autonomy and conditions to manage policies, projects, plans and actions that benefit the sector. Each region is known as a Regional Governance Instance (IGR) that performs functions of analysis, coordination and monitoring of proposals and actions for the performance of each territory. The study aims to identify the elements perceived in the literature on regionalization to promote tourism development. An integrative review was conducted based on 22 articles researched on the CAPES journal portal. The

elements identified demonstrate a predominance of negative factors in relation to positive factors, which represents difficulty in implementing a government program. The results indicated in this study can contribute to changes and adaptations in the norms and programs aimed at the tourism sector, making them more accessible and viable. It also contributes to the literature on regionalization in tourist regions.

Keywords: Tourism governance; Tourism; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Para manter o crescimento da atividade turística no Brasil, o Ministério do Turismo vem implementando algumas políticas públicas, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que apresenta uma estrutura institucional mais descentralizada, com autonomia e condições para gerenciar políticas, projetos, planos e ações que beneficiem o setor. O setor do turismo se beneficia com a perspectiva de aglomerado de empresas, vinculando hospedagem, transporte, alimentação e oferta de outros produtos (Chagas, 2018).

Para melhor coordenar essas atividades econômicas (empresas, organizações, instituições) e exercer inter-relações comerciais, produtivas e tecnológicas, é elementar adotar práticas democráticas para o setor, pois, com a participação de empresas públicas, privadas e da sociedade, esse poder compartilhado retrata o conceito de governança (Xavier; Totti; Raddatz, 2020). O sucesso do processo de regionalização está condicionado a participação de entidades como órgãos colegiados, formados por conselhos e fóruns, universidades, associações e representantes do *trade* turístico (Tineo; Tomazzoni, 2017). Uma mobilização regional foi provocada pela implementação do PRT, formando regiões turísticas em todos os estados da federação brasileira.

Assim, cada região é conhecida como uma Instância de Governança Regional (IGR) que desempenha funções de análise, coordenação e monitoramento das propostas e ações para o desempenho daquele território (Brasil, 2019). O PRT apresenta alguns desafios, a política depende da criação e do envolvimento de arranjos produtivos locais e regionais, também conhecida como redes de cooperação, que geram capacidade gerencial, numa versão inovadora que não dispõe de representantes tradicionais (Cobos, Paixão; Silveira, 2006). Diante desses argumentos e buscando conhecer os estudos publicados sobre a temática escolhida, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a regionalização contribui para o desenvolvimento do turismo?

Este trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico estruturado por uma revisão integrativa, cujo objetivo é identificar os elementos percebidos na literatura sobre regionalização para promover o desenvolvimento do turismo. Foi realizada uma revisão integrativa com base em 22 artigos pesquisados no portal de periódicos da capes. A revisão integrativa proporciona conhecimento sobre a produção científica existente e identifica possíveis oportunidades de pesquisa. Uma frequência de palavras foi elaborada através das palavras-chaves dos estudos selecionados. Foi realizada também uma análise dos resultados com base em três categorias identificadas.

A revisão integrativa fornece uma compreensão aprofundada da literatura sobre o tema. Assim, este estudo ajuda o poder público e todos os atores do turismo a entender os elementos que facilitam ou dificultam o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo e a partir deste conhecimento, criar estratégias efetivas para implementação com sucesso, promovendo o desenvolvimento econômico, social, cultural e também ambiental. Os resultados apontados neste estudo podem contribuir com mudanças e adaptações nas normas e programas destinados ao setor do turismo, tornando-

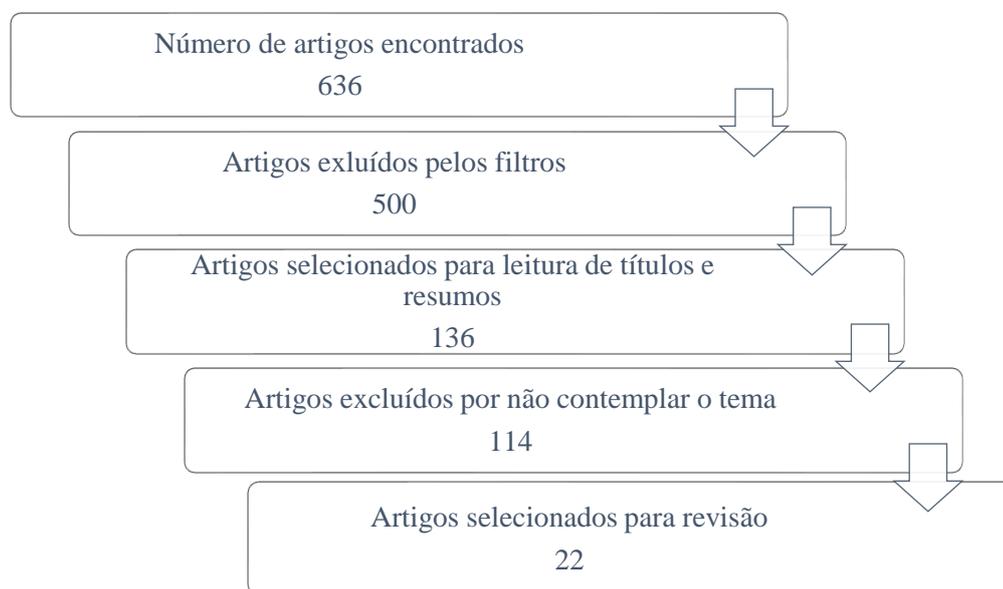
os mais acessíveis e viáveis. Também contribui para a literatura sobre regionalização nas regiões turísticas.

2 METODOLOGIA

Uma revisão integrativa foi realizada para identificar, analisar e sintetizar os resultados encontrados na literatura. A revisão integrativa é uma abordagem metodológica que busca a compreensão de um determinado fenômeno e determina o conhecimento atual e mais abrangente sobre uma temática específica (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Algumas etapas são necessárias para realizar uma revisão integrativa (Torraco, 2016). Botelho, Cunha e Macedo (2011) estabelecem (1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, (3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, (4) categorização dos estudos selecionados, (5) análise e interpretação dos resultados, e (6) apresentação da revisão.

Na primeira etapa, houve a identificação do tema, das palavras-chave e da questão de pesquisa. As buscas ocorreram na plataforma Periódico Capes, com as seguintes palavras “regionalização”, “turismo”, “governança turística” e “região turística”. Os filtros utilizados foram: revisados por pares, área de ciências sociais aplicadas, artigos, acesso aberto, período de 2015 a 2024. A busca foi realizada entre julho e agosto de 2024. O período escolhido retrata os últimos dez anos de publicação, buscando compreender a discussão sobre a temática, a Figura 1 apresenta o processo de seleção dos artigos.

Figura 1 – Fluxo do processo de coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

São apresentados no tópico a seguir os temas explorados na literatura, uma relação das palavras-chave utilizadas nos artigos, e a síntese de cada estudo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a leitura dos artigos, foram selecionados 22 trabalhos para a análise. A relação dos artigos será apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos analisados

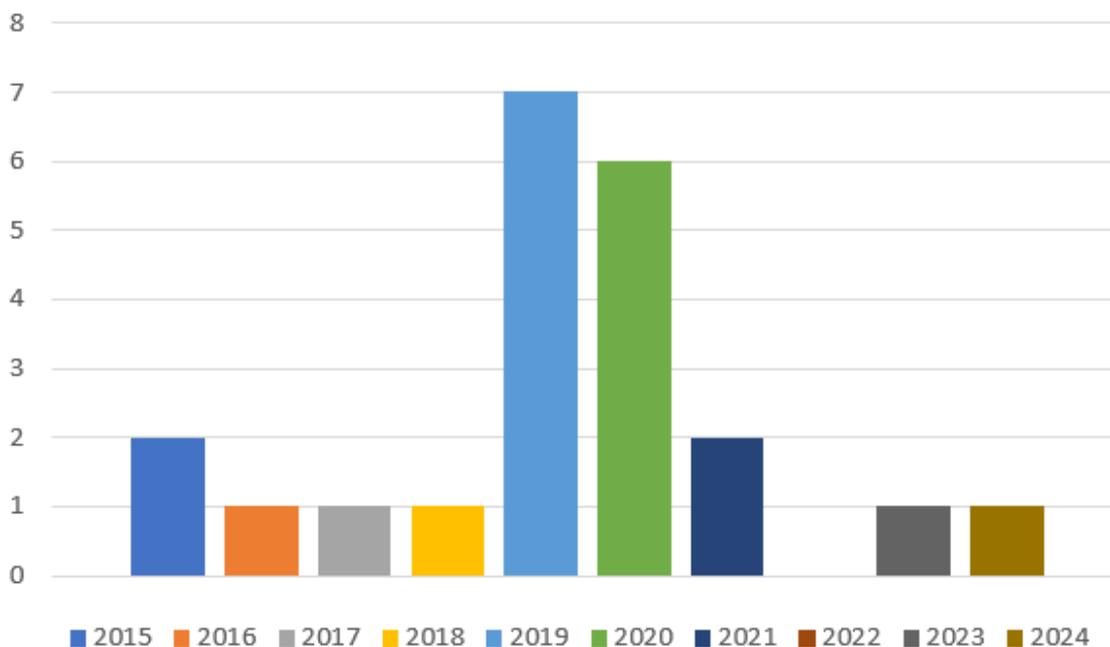
Autores	Título	Periódico
Garcia; Santos (2024)	Análise Situacional da Gestão Pública do Turismo na Região Turística “Costa da Mata Atlântica” (São Paulo, Brasil)	Caderno Virtual de Turismo
Amaral et al (2023)	Gestão de recursos públicos no turismo: análise dos investimentos do MTur em Mato Grosso do Sul	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo
Santos, Farias; Júnior (2021)	Turismo em sítios arqueológicos: o apoio da comunidade residente no desenvolvimento da atividade turística em Parelhas e Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade
Lopes e Silva (2021)	Políticas públicas de turismo na região de Serra Negra, Bezerros – Pernambuco: o estudo das ações governamentais de 2013 a 2018	Revista de Turismo Contemporâneo
Santos e Pereira (2020)	O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (mg), Brasil	Revista EURE
Guilarducci e Fratucci (2020)	Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: uma perspectiva sistêmica e complexa	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
Conceição (2020)	Modelo analítico de governança regional de turismo - MAGRET	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
Xavier, Totti e Raddatz (2020)	Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no estado do Rio Grande do Sul, Brasil	Revista Turismo – Visão e Ação
Maracajá e Pinheiro (2020)	Gestão pública e governança local do município turístico de Bodoquena-MS [Brasil]	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade
Anjos e Andrade (2020)	As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTUR)	Revista Turismo – Visão e Ação
Bantim e Fratucci (2019)	Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
Carvalho (2019)	Políticas públicas e governança territorial do turismo no estado do Maranhão	Geotextos
Feger et al (2019)	A regionalização do turismo no litoral do Paraná (Brasil): análise da rede de interação entre os <i>stakeholders</i>	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo
Pimentel e Pimentel (2019)	Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo

Alves e Souza (2019)	O processo de governança na política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma análise do Circuito Turístico Caminho Novo	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo
Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019)	Política pública de regionalização do turismo: um estudo sobre a participação social no polo de turismo Seridó	Revista Turismo – Visão e Ação
Trindade, Cesar e Vianna (2019)	Governança do Turismo: Planejamento e Gestão Local e Regional em Gramado-RS, Brasil	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade
Castro e Gândara (2018)	A regionalização do turismo no Estado do Paraná sob a perspectiva do marketing	Marketing & Tourism Review
Silva e Fonseca (2017)	Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar	Caderno Virtual de Turismo
Macedo et al (2016)	O Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí: análise das fragilidades e desafios locais	Revista do Desenvolvimento Regional
Fernandes e Coriolano (2015)	A governança da política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará	Revista Turismo – Visão e Ação
Fritzen, Rudzewicz e Ceretta (2015)	Uma proposta de planejamento turístico e sua aplicação em Pelotas, RS	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A evolução da produção científica pode ser visualizada no Gráfico 1. Do período de 2015 a agosto de 2024, o período com maior publicação foi o ano de 2019 com 7 artigos.

Gráfico 1 - Publicação por ano



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram identificadas as palavras-chaves dos estudos, sendo 21 termos para formar as ocorrências. A Figura 2 apresenta as palavras-chave mais citadas dos estudos.

Figura 2 – Redes de palavras-chave com maior quantidade de ocorrência.



Fonte: Dados da pesquisa.

Tendo em vista que as palavras-chave representam o conteúdo dos artigos, é possível observar que estes estudos se caracterizam pelos termos turismo, regionalização, políticas públicas, governança e planejamento. Após a leitura nos artigos, tornou-se possível classifica-los de acordo com sua finalidades, embora todos os trabalhos abordassem a regionalização no turismo, foi identificado alguns direcionamentos do tema. Desta forma, os artigos foram classificados em 3 categorias, sendo: Implementação do PRT, Desenvolvimento regional e Políticas públicas. A seguir, serão apresentados os trabalhos em cada categoria.

3.1 Implementação do PRT

A primeira classificação corresponde a implementação do Programa de Regionalização do Turismo. O PRT tem por finalidade fortalecer a Política Nacional de Turismo, por meio de uma gestão descentralizada. Os estudos (Fernandes; Cariolano, 2015; Macêdo et al., 2016; Feger et al., 2019; Alves; Souza, 2019; Pinheiro; Maracajá; Chim-Miki, 2019; Trindade; César; Vianna, 2019; Carvalho, 2019; Maracajá; Pinheiro,

2020; Conceição, 2020; Xavier, Totti; Raddatz, 2020) exploraram a implementação do PRT em diferentes regiões.

Macêdo et al (2016) buscaram analisar o processo de implementação de Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí. Feger et al (2019) analisaram a relevância dos atores sociais na configuração do turismo da Região Turística Litoral do Estado do Paraná, tomando como referência o nível de relacionamento ocorrido entre eles. Já Alves e Souza (2019) realizaram um estudo para compreender o processo de governança na política de regionalização do turismo de Minas Gerais, tomando como foco o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN). Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019) diagnosticaram como ocorre a participação social no processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Maracajá e Pinheiro (2020) avaliaram como ocorre o processo de governança no fomento turístico de Bodoquena-MS [Brasil], como a mesma está organizada e qual o papel da gestão pública no município. O estudo de Trindade, César e Vianna (2019) buscou compreender como se desenvolve a governança do turismo em Gramado-RS, no sul do Brasil, considerando a atuação dos atores sociais no planejamento e gestão da atividade em âmbito local e regional. Conceição (2020) apresentou o Modelo Analítico de Governanças Regionais de Turismo - MAGRET, que permita compreender as inter-relações dos seus atores nas múltiplas escalas dos poderes público, privado e do terceiro setor.

Nesta perspectiva, Xavier, Totti e Raddatz (2020) analisaram os mecanismos de governança turística do Fórum Regional de Turismo – Região Central, Rio Grande do Sul, Brasil. Carvalho (2019) analisou os projetos de governança territorial no estado do Maranhão, destacando as microrregiões da Baixada Maranhense e do Litoral Ocidental Maranhense. E Fernandes e Cariolano (2015) tentaram coordenar o processo de regionalização e toma como objeto empírico as instâncias de governança dos destinos indutores do Ceará: Fortaleza, Aracati, Jijoca de Jericoacoara e Nova Olinda.

Os resultados obtidos nas pesquisas demonstram que no processo de implementação do PRT ocorre um descomprometimento por parte dos gestores e da comunidade, falta de estrutura física e de pessoal técnico. A implementação do PRT enfrentou desafios evidenciadas por deficiências estruturais e fragilidades institucionais (Macêdo et al., 2016). Feger et al (2019) evidenciaram baixa densidade de relacionamento entre os atores e pouca representatividade da Instância de Governança.

No que se refere aos atores Alves e Souza (2019) identificaram que embora seja importante a participação de todos os atores locais e regionais, como municípios, representantes de empreendimentos privados, organizações sem fins lucrativos, instituições de ensino, representantes de organizações do setor do turismo e a sociedade, a representação destes na IGR não é igualitária. Os autores perceberam que apenas o setor público e uma pequena parte da sociedade civil estavam diretamente envolvidos e comprometidos, afetando os interesses coletivos que não estão integralmente representados na entidade. Outro fator identificado corresponde a independência financeira e a falta de conhecimento por parte dos atores sobre a governança e os benefícios que ela pode gerar.

Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019) indicaram que a política pública de regionalização do turismo vem sendo implementada no Polo de Turismo Seridó/RN em forma de Conselhos de Turismo liderados por organismos públicos, porém, não há gestão participativa, o que seria indicado de acordo com o programa, o que foi percebido corresponde a uma gestão pouco democrática e equitativa. Para melhorar este processo, os autores propuseram três ações relacionadas a participação e a legitimidade, sendo elas:

(1) Participação dos agentes sociais locais no planejamento e na gestão do turismo, (2) Estímulo a participação social e (3) Legitimidade do processo de decisão.

O estudo de Maracajá e Pinheiro (2020) corroborou com este achado, pois os autores identificaram que somente a existência de uma estrutura de gestão pública e de uma instância de governança não garantirão o crescimento da atividade turística, o contribuirá para o desenvolvimento local consiste na formação de associações pois os atrativos e áreas com potencialidade de desenvolvimento do Turismo estão localizadas em comunidades rurais, sendo necessário elencar ações assertivas como infraestrutura, acesso e divulgação. Além disso, a gestão municipal precisa desenvolver focos de fomento turístico, principalmente quando se trata na legalização dos atrativos, conservação dos recursos e áreas naturais. Assim, os mecanismos de gestão pública e de participação social devem ser revistos para garantir um desenvolvimento responsável do turismo.

Xavier, Totti e Raddatz (2020) observaram que a falta de um Estatuto e de Plano Regional de Turismo prejudica as ações do programa, especialmente no que diz respeito à obtenção de recursos financeiros para desenvolvimentos de maiores práticas na região. Carvalho (2019) destaca que o programa existe apenas como constituinte organizacional de uma sequência utilizada para o planejamento, na prática, a ocorrência desse processo é considerada como frágil ou apenas para composição documental. Para Fernandes e Cariolano (2015) a governança na política de regionalização no turismo significa descentralização, desse modo, os autores verificaram grande assimetria entre implantação de equipamentos e serviços e efetivação da regionalização e da governança no Ceará, mas no que se refere a gestão tem pouco avançado na prática.

Para Trindade, César e Vianna (2019) a implementação do PRT contribui para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que a atuação dos setores público e privado é pautada pela articulação e cooperação quanto ao planejamento e a gestão da atividade. Conceição (2020) também evidenciou ações efetivas quanto a implementação do PRT.

3.2 Desenvolvimento regional

A segunda classificação corresponde ao Desenvolvimento regional, que corresponde ao conjunto de políticas ou ações oferecidos a territórios pouco desenvolvidos economicamente, promovendo geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Os estudos (Santos; Pereira, 2020; Silva; Fonseca, 2015; Anjos; Andrade, 2020; Amaral et al., 2023; Santos; Farias; Junior, 2021 e Castro; Gandara, 2018) exploraram aspectos relacionados a promoção do desenvolvimento regional.

No que se refere aos objetivos dos estudos, Santos & Pereira (2020) analisaram os resultados gerados pelas ações de fortalecimento do turismo para o desenvolvimento regional. Silva e Fonseca (2015) analisaram o processo de interiorização do turismo potiguar, avaliando como os recursos repassados pelo MTur contribuem para essa premissa da política de turismo. Anjos e Andrade (2020) buscaram compreender o processo de governança na política de regionalização do turismo de Minas Gerais, tomando como foco o Circuito Turístico Caminho Novo (CTCN).

O estudo de Amaral et al (2023) contemplou os investimentos públicos do MTur nas regiões turísticas de Mato Grosso do Sul. Santos, Farias e Junior (2021) analisaram os fatores capazes de influenciar o apoio da comunidade residente no desenvolvimento do turismo em sítios arqueológicos, especificamente nos municípios de Parelhas e

Carnaúba dos Dantas, na região do Seridó Potiguar, assim como compreenderam a interrelação entre esses fatores e Castro e Gandara (2018) identificaram as regiões turísticas de acordo com a localização dos principais atrativos turísticos ofertados para os diversos perfis de experiências.

Os resultados evidenciados foram significativos para compreender as ações que favorecem e não favorecem o desenvolvimento regional. Santos e Pereira (2020) evidenciaram que a governança regional existente atua de modo a sistematizar os interesses, estabelecendo prioridades, compreendendo as disparidades, mediando divergências políticas que estão enraizadas na região do estudo, a pesquisa contribuiu com uma reflexão entre os agentes acerca das necessidades regionais mais relevantes a serem superadas, para fortalecer o turismo regional e gerar o desenvolvimento da sociedade. Na percepção de Silva e Fonseca (2015) as ações realizadas pelo MTur não foram satisfatórias para interiorizar o turismo nas regiões pesquisadas, isso ocorre devido à falta de decisões racionais técnicas e de cunho colaborativo.

Na pesquisa de Anjos e Andrade (2020) os resultados evidenciaram que as regiões se encontram em constantes transformações nos momentos de renovações de políticas públicas, que sinalizam a necessidade de adoção de ações de governança estratégica por parte das administrações municipais, estaduais e nacionais, frente à categorização municipal e divisão regional. Porém, existem regiões mais desenvolvidas devido ao apoio do poder executivo.

Amaral et al (2023) concentraram-se nos municípios que constituem Regiões Turísticas, mas também estudaram os recursos destinados a municípios que não pertencem as regiões turísticas e não estão listados no mapa do turismo. Os autores perceberam que os municípios não integrantes do Mapa recebeu investimentos, apresentando inconsistência com as diretrizes da política federal e enfraquecendo o propósito das Instâncias de Governança Regionais.

Santos, Farias e Junior (2021) concluíram-se ser necessário que o poder público, os atores do turismo e a comunidade local, em parceria com instituições do turismo, criem estratégias que consigam agregar valor ao desenvolvimento do turismo. Para os autores, o desenvolvimento regional está baseado nas ações públicas e também com maior e mais efetiva participação comunitária no processo de decisão do desenvolvimento da referida atividade turística. Castro e Gandara (2018) destacaram que o desenvolvimento regional está relacionado as ofertas de destinos turísticos que se caracterizam pela concentração territorial em torno dos grandes centros urbanos, pela dinâmica demográfica dos municípios que as compõem, o que é favorecido devido à infraestrutura e pelo contingente demográfico, que gera a demanda por esses produtos.

3.3 Políticas públicas

A terceira e última classificação corresponde a políticas públicas que são programas e decisões tomada pelo governo, seja federal, estadual ou municipal que asseguram os direitos básico para a promoção do bem estar coletivo. Tais ações podem ser realizadas com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados. Os estudos (Guilarducci; Fratucci, 2020; Garcia; Santos, 2024; Lopes; Silva, 2021; Bantim; Fratucci, 2019; Pimentel; Pimentel, 2019 e Fritzen; Rudzewick; Ceretta, 2015) exploraram as políticas públicas promovidas para o setor do turismo.

Os estudos apresentaram as seguintes finalidades, Guilarducci e Fratucci (2020) analisaram a composição, organização e o funcionamento do Circuito Turístico Caminho

Novo – MG, dentro do contexto das políticas públicas do turismo. Garcia & Santos (2024) apresentaram uma análise situacional da gestão pública do turismo na Região Metropolitana da Baixada Santista, localizada no litoral do Estado de São Paulo. Enquanto Lopes e Silva (2021) investigaram ações governamentais desenvolvidas no distrito de Serra Negra, Pernambuco, voltadas para a atividade turística.

Bantim e Fratucci (2019) analisaram empiricamente um dos instrumentos de tomada de decisão e gestão de destinos turísticos indicado pelas políticas públicas brasileiras: a instância de governança regional. Pimentel e Pimentel (2019) avaliaram o processo de elaboração da política de estado de turismo de Minas Gerais e Fritzen, Rudzewick e Ceretta (2015) apresentaram um planejamento turístico em Pelotas, RS, conduzida pelo Grupo Gestor (GG) para fornecer uma base para a construção do plano de ação local.

Os resultados foram significativos, Guilarducci e Fratucci (2020) identificaram a inexistência de uma rede regional capaz de produzir resultados efetivos, o baixo entendimento dos municípios sobre as políticas públicas de turismo, uma forte ingerência municipal e regional atrelada a um cenário de descontinuidade da gestão pública e uma postura competitiva com reduzida participação dos agentes sociais para trabalhar em rede. Garcia e Santos (2024) também corroboram com estes achados, pois perceberam-se que a gestão turística regional não é consolidada, com ações incipientes.

No estudo de Lopes e Silva (2021) algumas ações foram concluídas e outras, que se concentram diretamente na preservação da região, ainda estão em fase de elaboração ou implementação. Para os autores há uma gestão desarticulada entre o poder local e a liderança das ações do poder estadual, por isso é necessário fortalecer a institucionalização municipal para que atuem mais ativamente nas decisões de turismo. Na pesquisa de Bantim e Fratucci (2019) ficou evidente a falta de participação e de representatividade dos membros do Conselho alinhados às dificuldades de gerir um território regionalizado e a alta dependência de membros da esfera pública.

Os resultados de Pimentel e Pimentel (2019) apresentaram as políticas públicas de forma efetiva, pois o modelo adotado por uma região pode ser considerada modelo para outras, por exemplo, no estudo o modelo francês de regionalização do turismo e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, foram determinantes para o modelo de governança resultante no local pesquisado. Fritzen, Rudzewicz e Ceretta (2015) destacaram que aspectos positivos como a articulação dos atores para o desenvolvimento do turismo local, motivando reflexões a respeito da condução das políticas nacionais de Turismo.

Na análise realizada, foi possível identificar alguns fatores positivos e negativos presentes nas categorias elencadas. Serão apresentados primeiro os fatores negativos que não contribuíram ou dificultaram o processo das categorias, em seguida, serão evidenciados os fatores positivos, destacando os estudos relacionados.

Quadro 2 – Elementos presentes nas categorias.

Categorias	Fatores identificados	Autores
Implementação do PRT	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiências estruturais - Fragilidades institucionais - Pouca representatividade da IGR - Dificuldade financeira - Falta de conhecimento por parte dos atores sobre a governança - Inexistência de gestão participativa 	<p>Macêdo et al (2016) Feger et al (2019) Alves e Souza (2019) Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019) Maracajá e Pinheiro (2020) Xavier, Totti e Raddatz (2020)</p>

	- Falta de estatuto e plano de ações	Carvalho (2019)
	- Gestão competitiva - Oferta de produtos turísticos	Trindade, César e Vianna (2019)
Desenvolvimento regional	- Ações pouco satisfatórias - Falta de decisões racionais técnicas e de cunho colaborativo - Inconsistência nas normas e programas	Silva e Fonseca (2015) Amaral et al (2023)
	- Estabelece prioridades - Compreende as disparidades - Planejamento estratégico - Estabelecimento de parcerias - Melhorias na infraestrutura	Santos e Pereira (2020) Anjos e Andrade (2020) Santos, Farias e Junior (2021) Castro e Gandara (2018)
Políticas públicas	- Inexistência de uma rede regional - Gestão turística não consolidada - Falta de participação e representatividade dos membros	Guilarducci e Fratucci (2020) Garcia e Santos (2024) Bantim e Fratucci (2019)
	- Fortalecimento da rede de atores - Ações efetivas - Articulação dos atores e promoção do desenvolvimento local	Lopes e Silva (2021) Pimentel e Pimentel (2019) Fritzen, Rudzewicz e Ceretta (2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os elementos identificados demonstram predominância de fatores negativos (apresentados no primeiro momento em cada categoria) em relação aos fatores positivos, isso representa dificuldade ao colocar em prática um programa de governo. A regionalização ocorre através da implementação do PRT, de ações planejadas para contribuir com o desenvolvimento regional e elaboração e adoção de políticas públicas. As dificuldades surgem pela falta de parcerias entre os atores e conhecimento sobre a finalidade da governança e os benefícios que esta pode gerar. Esses achados corroboram com os resultados de Lima (2023) que teve por objetivo desenvolver uma teoria substantiva sobre a trajetória da IGR Rota Pantanal Bonito Serra da Bodoquena de Mato Grosso do Sul.

A autora evidenciou necessidade de cooperação entre os atores (poder público, privado, instituições sem fins lucrativos, representantes da IGR, responsáveis pelos empreendimentos turísticos e sociedade civil), e também destacou a falta de conhecimento por parte de diversos atores, o que não facilitou a implementação e formalização da referida IGR. Outro resultado encontrado no estudo de Lima (2023) corresponde a ausência do espaço de fala dos representantes, caracterizando uma gestão não igualitária e pouco democrática.

Dessa forma, uma estratégia para manter o desenvolvimento do setor do turismo consiste nas parcerias intersetoriais, como apresentado na literatura (Granovetter, 1985; Gorni e Dreher, 2010), considerando que a cooperação entre os atores é uma forma de estabelecer gestão e, ao mesmo tempo, competitividade (Gorni e Dreher, 2010). As redes de relações sociais são uma importante fonte de recompensas e punições em resposta às ações e comportamentos dos parceiros no mercado (Granovetter, 1985).

Dessa forma, ao elaborar políticas públicas, é crucial que a formulação aconteça com pessoas envolvidas na região ou no contexto, uma vez que as particularidades de cada lugar precisam ser consideradas. Concomitantemente, é preciso considerar os

aspectos históricos a fim de se conhecer a cultura, os costumes, os valores, as influências socioculturais e, principalmente, as características que já se encontram enraizadas, pois qualquer proposta de mudança nesses aspectos pode provocar resistência quando eles não são bem compreendidos.

A implementação de políticas públicas não pode acontecer visando apenas contribuições econômicas. A política do turismo deve apreciar o fortalecimento da comunidade, visar melhores condições de vida, de trabalho e ambientais do local. Com a elaboração da Agenda 2030, que estabelece os ODS, existe uma pressão maior no que se refere à aderência da sustentabilidade nas políticas públicas. Ainda que seja algo marcado pela pressão de mercado, ela gera contribuições sociais e ambientais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa revelou elementos positivos e negativos sobre a regionalização do turismo, para melhor compreensão, a análise dos estudos foi dividida em três categorias, sendo: implementação do PRT, desenvolvimento regional e políticas públicas. Os estudos foram classificados de acordo com a abordagem e finalidade. As descobertas revelam mais elementos negativos que prejudica ou dificulta a regionalização nas regiões turísticas do país. Os resultados corroboram com pesquisas realizadas no setor do turismo, demonstrando os desafios presentes, independentemente da região.

Embora exista intenção governamental através de editais, programas e legislação específica, o processo na prática é complicado e em muitos casos não se realiza com êxito. Assim, uma estrutura consistente na base receptiva, ou seja, estados e municípios devem ser dotados de um corpo técnico apto a assimilar os passos metodológicos e operacionais do programa, assim como as estratégias de visão integrada e compartilhada a serem aplicadas em nível local. Cabe ao poder público perceber o turismo como um importante elemento de planejamento governamental capaz de promover dinamização social, econômica e cultural para os municípios.

Esta pesquisa tem valor tanto para acadêmicos quanto para profissionais. A longo prazo, o desenvolvimento de destinos turísticos alterará radicalmente a indústria do turismo e oferecerá um futuro melhor para economias baseadas no turismo e turismo sustentável, participativo. Devido ao crescimento de novas tecnologias de informação, a inteligência é cada vez mais essencial para destinos turísticos, políticas públicas e implementação de programas.

Apesar de existir vários artigos publicados de alta qualidade sobre o tema, ainda há muitas oportunidades para refinar a compreensão. No entanto, este estudo não é isento de limitações. Os dados da pesquisa foram limitados a informações publicadas em periódicos e conferências selecionados. Dado que os fatores extraídos foram obtidos por meio de uma revisão integrativa qualitativa, os resultados devem ser confirmados quantitativamente. Além disso, futuros pesquisadores trabalhando nesta área são aconselhados a explorar outras condições que não foram investigadas aqui devido às limitações práticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. B., SOUZA, T. F. C. O processo de governança na política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: Uma análise do Circuito Turístico

Caminho Novo. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, 13(3), 46–69, 2019. <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n3.5612>

AMARAL, V. V., GRECHI, D. C., SILVA, R. C. E. A. Gestão de recursos públicos no turismo: Análise dos investimentos do MTur em Mato Grosso do Sul. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, 17(2), 1–22, 2023. <https://doi.org/10.61564/raoit.v17n2.7281>

ANJOS, F. A. D., ANDRADE, I. C. F. D. As regiões turísticas de Santa Catarina: Análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTUR). *Turismo: Visão e Ação*, 23(2), 435–457, 2021. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.p435-457>

BANTIM, N. R., FRATUCCI, A. C. Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(1), 108–124, 2019. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1487>

CARVALHO, F. C. D. Políticas públicas e governança territorial do turismo no estado do Maranhão. *GeoTextos*, 15(1), 2019. <https://doi.org/10.9771/geo.v15i1.29354>

CONCEIÇÃO, C. C. Modelo analítico de governança regional de turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(2), 123–138, 2020. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1822>

FEGER, J. E., ABRAHÃO, C. M. D. S., GÂNDARA, J. M. G., AGUILAR, C. R. V. A regionalização do turismo no litoral do Paraná (Brasil): Análise da rede de interação entre os stakeholders. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, 13(3), 1–25, 2019. <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n3.5374>

FERNANDES, L. M. M., TEIXEIRA CORIOLANO, L. N. M. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. *Turismo - Visão e Ação*, 17(2), 247, 2015. <https://doi.org/10.14210/rtva.v17n2.p247-278>

FRITZEN, F. M., RUDZEWICZ, L., CERETTA, C. C. A Proposal for Tourism Planning and Its Application in Pelotas, Brazil. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 7(3), 423–439, 2015. <https://doi.org/10.18226/21789061.v7iss3p423>

GARCIA, Í. C., SANTOS, A. F. L. D. Análise Situacional da Gestão Pública do Turismo na Região Turística “Costa da Mata Atlântica” (São Paulo, Brasil). *Caderno Virtual de Turismo*, 24(2), 98–117, 2024. <https://doi.org/10.18472/cvt.24n2.2024.2155>

GOUVEIA DE CASTRO, F. J., GONÇALVES GÂNDARA, J. M. A regionalização do turismo no Estado do Paraná sob a perspectiva do marketing. *Marketing & Tourism Review*, 4(1), 2019. <https://doi.org/10.29149/mtr.v4i1.5079>

GUILARDUCCI, B. C., FRATUCCI, A. C. Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: Uma perspectiva sistêmica e

- complexa. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 140–160, 2020. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1734>
- LOPES, A. D. O. B., BARBOSA DA SILVA, M. C. Políticas públicas de turismo na região de Serra Negra, Bezerros – Pernambuco: O estudo das ações governamentais de 2013 a 2018. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 9(1), 83–103, 2020. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n1ID20110>
- MACÊDO, E. M., ALBERTO, E., ALVARENGA, J., FIGUEIREDO, L. O Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí: Análise das fragilidades e desafios locais. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, 13(2), 105–117, 2017. <https://doi.org/10.26767/coloquio.v13i2.494>
- PIMENTEL, M. P. C., PIMENTEL, T. D. Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, 13(1), 131–157, 2019. <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n1.5192>
- PINHEIRO, I. D. F. S., MARACAJÁ, K. F. B., CHIM-MIKI, A. F. Política pública de regionalização do turismo: Um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo Seridó. *Turismo: Visão e Ação*, 22(1), 162–184, 2020. <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n1.p162-184>
- SANTOS, K. M. D., FARIAS, M. F. D., MARQUES JÚNIOR, S. Turismo em Sítios Arqueológicos: O Apoio da Comunidade Residente no Desenvolvimento da Atividade Turística em Parelhas e Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 13(3), 761–789, 2021. <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i3p761>
- SILVA, R. C. D., FONSECA, M. A. P. D. Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: Desencontros da política governamental no interior potiguar. *Caderno Virtual de Turismo*, 17(3), 2018. <https://doi.org/10.18472/cvt.17n3.2017.1207>
- SOUSA-SANTOS, T. D., SILVA-PEREIRA, R. D. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: Análise no Campo das Vertentes (mg), Brasil. *EURE (Santiago)*, 46(137), 113–133, 2020. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612020000100113>
- TRINDADE, B. D. S., CÉSAR, P. D. A. B., Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul RS, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul RS, BRASIL. Tourism Governance: Local and Regional Planning and Management in Gramado-RS, Brazil. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 11(3), 653–663, 2019. <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653>
- XAVIER, T. R., TOTTI, K. Á. S., RADDATZ, S. M. F. Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 23(1), 86–109, 2021. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p86-109>